

## Ata Número Quatro de Dois Mil e Onze

Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e onze, no salão dos Escoteiros da Freguesia de Oliveira, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um – Período antes da ordem do dia; -----
- Ponto dois – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e situação financeira; -----
- Ponto três – Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de toponímia e numeração de polícia; -----
- Ponto quatro – Proposta de aprovação para o ano de Dois Mil e Doze da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI); -----
- Ponto cinco – Proposta de aprovação para o ano de Dois Mil e Doze da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP); -----
- Ponto seis – Proposta de aprovação para o ano de Dois Mil e Doze da participação do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS); -----
- Ponto sete – Empréstimo de médio longo prazo até ao montante de duzentos e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta e nove euros – rateio dois mil e onze – proposta de aprovação; -----
- Ponto oito – Terceira revisão dos documentos provisionais para dois mil e onze – proposta de aprovação; -----
- Ponto nove – Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mesão Frio; -----
- Ponto dez – Período aberto ao público; -----

Presentes os membros Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Carvalho Kendall, primeiro Secretário, Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo Secretário, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Júlio da Fonseca Esteves, António César Vicente Nunes, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, André Filipe Miranda Monteiro (PS), Maximiano Pereira Correia, José da Fonseca Alves, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Altino de Sousa, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Victor Manuel Vieira Oliveira, Jorge Emanuel Machado Alves Cardoso, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita

Correia, Manuel José Miranda Ferreira, José Maria Cardos Correia, Arnaldo Ribeiro de Queirós (PPD/PSD). -----

Presenças dos membros da Câmara Municipal: Alberto Pereira Monteiro, Presidente da Câmara, Nuno Vasco de Almeida Machado, Mário Sousa Pinto (PS), António José Rodrigues Teixeira (PPD/PSD). -----

O Presidente da Assembleia abriu a sessão às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, colocando à votação a ata da Assembleia anterior, a qual foi aprovada por maioria com quatro abstenções. -----

Aberto o ponto número um, usou da palavra o Deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva, cumprimentando a digníssima Assembleia e em especial o Presidente da Junta de Oliveira e suas gentes, anfitriões desta Assembleia. No seguimento da atividade exercida pelo Senhor Presidente da Câmara apresentou uma Moção, relativa à crise que afeta os produtores da Região do Douro, em particular do concelho de Mesão Frio, anexa à presente ata, considerando, porém, que seria desejável que a mesma fosse subscrita pelos membros eleitos pelo PSD, pelo que, caso assim entendessem, a mesma deixaria de ser uma moção apresentada pelo PS, passando a ser uma moção apresentada pelos membros da Assembleia. -----

O Senhor Deputado Maximiano Pereira Correia usou da palavra dizendo que a bancada do PSD iria subscrever essa Moção. Esta foi votada e aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Maximiano Pereira Correia que, referindo-se à abertura do Centro Escolar, questionou o Executivo relativamente ao facto de ter ficado esquecida uma criança, no primeiro dia de aulas. Abordou ainda a suposta super-lotação dos autocarros, o acesso ao Centro Escolar, o sentido de trânsito do mesmo, questionando a responsabilidade técnica e política pela opção tomada, que lhe parece infeliz devido à inclinação. Referiu ainda ter conhecimento que o Senhor Hélder Ferreira tinha acabado contrato e criou uma empresa com o intuito de trabalhar para a Câmara. O Deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, usou da palavra para questionar o Executivo, sobre o motivo do corte da luz em Oliveira, a partir das duas horas da manhã, uma vez que no centro da Vila o mesmo não acontece. Questionou ainda quando será executada a eletrificação da Rua da Quelha. O Deputado Manuel Fernando Mesquita Correia questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente à reunião da CIM-Douro, com o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, da qual teve conhecimento através do Jornal de Notícias. -----

Seguidamente a Deputada Maria Teresa Freitas Alves Lúcio questionou o Executivo relativamente à continuidade e contratação dos professores das AECS. -----

O Deputado Júlio da Fonseca Esteves propôs um voto de pesar pela morte do Engenheiro Manuel Coutinho e que o este fosse do conhecimento da família. O qual foi unanimemente aceite. -----

O Presidente da Câmara cumprimentou a Assembleia e agradeceu aos Escoteiros a cedências das instalações. Passando a responder às questões, afirmou que quase todas têm antecedentes. Relativamente à primeira questão, pelo que teve conhecimento, foram os pais que se esqueceram do filho. Quanto à super-lotação dos autocarros, o que está na lei, é que três crianças podem ser transportadas em dois lugares até aos doze anos mas, vai averiguar o que realmente se passa através dos motoristas e responsáveis pelos transportes. No que diz respeito ao sentido de trânsito do acesso ao Centro Escolar, este Executivo deparou-se com uma herança nada agradável que urgia resolver, dado que o projeto inicial nem sequer contemplava qualquer acesso. O ideal era ter tudo pronto aquando do arranque do ano letivo mas, como tal não foi possível, deu-se prioridade à segurança dos alunos em detrimento do conforto dos pais. O Senhor Deputado Maximiano Pereira Correia respondeu, afirmando que era preferível não fazer acesso à rotunda. O Senhor Presidente da Câmara reafirmou que aquele acesso tinha de ser feito por causa da passagem dos cabos elétricos e questionou se o Senhor Deputado tinha conhecimento que o Centro Escolar tinha sido construído debaixo de linhas de alta tensão. Afirmou ainda que, se no passado os terrenos adjacentes não tivessem sido urbanizáveis, seria possível fazer o acesso de outro modo, tecnicamente mais perfeito. Em resposta ao Senhor Deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que é uma estratégia para poupar luz, adotada pela maioria dos concelhos lembrando que, quando chegou à Câmara, havia uma dívida à EDP de cento e quarenta mil euros. Sublinhou, ainda, que também tinha determinado cortes nas despesas relativas aos telemóveis e recolha de lixo. Relativamente à eletrificação do loteamento da rua da Quelha, o Senhor Presidente afirmou que será efetuada assim que comece a primeira obra. Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Oliveira, disse que na reunião da CIM-DOURO, com o Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, os Senhores Presidentes da Câmara de Santa Marta de Penaguião e Armamar, retrataram fielmente os problemas dos Viticultores, foram debatidas várias questões e opções, por sua vez, o Senhor Secretário de Estado comprometeu-se a fazer o possível para ir ao encontro das reivindicações dos Autarcas. Proibir as transferências de plantio de vinha dentro e fora da região, não alterar o benefício dos lavradores com menos de cinco pipas, dar especial atenção à questão das

aguardentes e intervir nas adegas cooperativas que estivessem em falência, com injeções de capital através de parcerias com os Municípios. -----

Em resposta à Senhora Deputada Maria Teresa Freitas Alves Lúcio relativamente às atividades extra curriculares, o Senhor Presidente esclareceu que, a Câmara de Mesão Frio, ao contrário de outras, não pode contratar ninguém sem autorização expressa do Senhor Ministro, devido ao facto de se encontrar em saneamento financeiro. O Senhor Deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio questionou como se encontra o processo das termas das Caldas do Moledo. O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que foi notificado para ir a julgamento em Novembro. -----

O Senhor Deputado José da Fonseca Alves afirmou que o Senhor Vereador não disse toda a verdade uma vez que a mãe da criança estava em Valcovo à sua espera. Referiu ainda que já era tempo de se deixar de falar nos vinte anos de anterior gestão, até porque o Senhor Presidente já foi vereador da anterior maioria. O Senhor Vereador Mário Sousa Pinto respondeu que as crianças estão a ser transportadas de forma diferente devido à nova logística do Centro Escolar. Em concreto, só teve conhecimento de um pai que se esqueceu da criança. Mais afirmou que, já teve de levar uma criança a casa. No que diz respeito à sobrelotação, reconhece que existe um percurso em que há três ou quatro crianças a mais mas, logo que for exigido o passe, esta situação tende a acabar. O Senhor Deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva afirmou que os membros da bancada do PSD nunca assumiram os erros, nunca fizeram "mea culpa" pela gestão danosa dos anteriores Executivos, pelo contrário, insistem em criticar situações que se prendem exclusivamente com a herança financeira e, por isso, "põem-se a jeito" de, repetidamente, lhes ser lembrada essa mesma situação. O Senhor Deputado Maximiano Pereira Correia afirmou ser evidente que toda a gente aprende com os erros, no entanto, lamentou que passados dois anos, este executivo, ainda fale do passado. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a fatura do lixo deve corresponder ao princípio do utilizador pagador mas, ninguém paga o custo real. Em relação ao seu passado diz não ter vergonha pois até saiu do executivo há dez anos e o passivo na época era de um milhão de euros. Em tom de conclusão, referiu que o declive do acesso ao Centro Escolar tem catorze por cento, o acesso às bombas tem vinte e três por cento e o acesso ao Bairro Sottomayor tem vinte e um por cento.-----

Acabada a discussão do ponto um, o Senhor Presidente da Assembleia abriu a discussão do ponto dois dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que resumiu a situação financeira em que se encontra o Município, referindo que foi atualizado o registo patrimonial da Autarquia que se encontrava incompleto, inviabilizando a venda de duas

escolas primárias. Afirmou que este Município tem um dos maiores passivos per capita, cerca de dois mil duzentos e cinquenta e seis euros por cidadão. Referiu que já diminuiu a dívida em seiscentos e cinquenta mil euros e que no entanto tem obra feita. A ETAR 25 de Abril, a Regeneração do Largo do Cruzeiro, a ETAR de Oliveira, o Caminho das Derruídas, o acesso ao Centro Escolar, a beneficiação no Bairro Sá Carneiro, entre outras. Salientou ainda o início da requalificação do Mercado e do Posto de Turismo. O Senhor Presidente chamou a atenção para contas e dívidas antigas que vão chegando à Câmara tais como o projeto de mobilidade de 2008, o terreno da ETAR de Oliveira, referiu ainda que o Jardim-de-Infância está construído num terreno que não é do Município. Terminou afirmando que apesar da diminuição da receita vai acabar o ano com diminuição da dívida. O Senhor Deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva interveio destacando a abertura do Centro Escolar, atividades culturais e eventos, salientando a feira do petisco. Terminou a sua intervenção felicitando a Doutora Cristina Major pela responsabilidade e trabalho que teve com a organização de todos estes eventos.-----

O Senhor Deputado Maximiano Pereira Correia colocou duas questões, uma sobre os apoios financeiros para a realização das obras citadas, e a segunda, se não teria havido um aumento de seiscentos mil euros na dívida entre Junho e Setembro. Respondeu o Senhor Presidente da Câmara que, nesse valor, estão incluídas cauções, duzentos mil euros levantados por uma só empresa e outro tanto para a ETAR de Oliveira. Concluiu que está a poupar em cargos políticos para pagar a parte não financiada da Biblioteca. Pedindo a palavra, o Deputado Maximiano Pereira Correia evocou o relatório de dois mil e nove onde havia em caixa quinhentos e trinta e cinco mil euros, questionando qual era então a dívida. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que essa Assembleia ocorreu quinze dias antes das eleições e que a dívida era de nove milhões trezentos e cinquenta e quatro mil euros. O Senhor Deputado José da Fonseca Alves questionou o executivo relativamente à posse do terreno confinante à ETAR de Oliveira. Ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que, a fossa encontrava-se num terreno contíguo à atual ETAR, afirmando também que, o anterior Executivo já havia acordado o valor de cinco mil euros pela compra do dito terreno.-----

Passando ao ponto três, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Júlio da Fonseca Esteves que referiu erros de português bem como algumas incongruências. No entanto louva o documento pelo facto de ser o primeiro documento do concelho sobre o assunto. O Senhor Presidente da Câmara interveio agradecendo a colaboração das Juntas de Freguesia na toponímia de todos os lugares. O Senhor Presidente da Junta de Santa Cristina usou da palavra salientando o facto de não terem

sido levantadas objeções na reunião efetuada na Junta de Freguesia nem na discussão pública. Este ponto foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade com as devidas anotações.-----

Passando ao ponto quatro, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e este referiu não haver possibilidade de baixar as taxas devido ao saneamento financeiro. O Senhor Deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio interveio dizendo que concordava com as taxas mas, o atual executivo criticou as mesmas enquanto oposição. O Senhor Deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva usou da palavra salientando as atas anteriores em que a oposição não votou contra as mesmas taxas. Este ponto foi posto a votação sendo aprovado por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto cinco da ordem de trabalhos o qual foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.-----

Seguiu-se o ponto seis que, foi aprovado por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto sete da ordem de trabalhos dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Este salientou a importância da aprovação do empréstimo. O Senhor Deputado Maximiano Pereira Correia usou da palavra referindo que a sua bancada iria votar contra, pois afirma haver uma folga de quatrocentos mil euros no saneamento financeiro e foram vendidos bens do Município, por isso, este empréstimo seria desnecessário. O Senhor Deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva afirmou estar espantado com a dualidade de critérios da bancada do PSD e pediu justificação para esse sentido de voto. O Senhor Deputado Maximiano Pereira Correia respondeu que na ótica da sua bancada não seria necessário este empréstimo para a concretização deste investimento. O Senhor Vereador António José Rodrigues Teixeira pediu a palavra afirmando que na reunião de Câmara não foi apresentado o empréstimo, mas sim uma proposta do banco. O Senhor Vereador Mário Sousa Pinto pediu a palavra realçando a necessidade deste empréstimo ser aprovado, salientando que o mesmo é autorizado por um rateio, que desde dois mil e quatro não era atribuído a este Município e lembrou que no passado foram aprovados empréstimos para pagar obras já executadas. O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, dirigindo-se aos Senhores Presidentes de Junta, questionou-os como iriam executar as obras nas Freguesias. Seguiu recordando que, quando se iniciou o saneamento financeiro, veio à Assembleia a relação de credores, que perfazia quatro milhões e meio de euros. Este concluiu que devido à boa gestão, o Governo autorizou o empréstimo e agora o PSD quer votar contra mas, as obras chumbadas através da não aprovação do pedido de empréstimo seriam realizadas à mesma.-----

O Senhor Deputado Carlos Manuel Pombo Soares interveio referindo haver disciplina de voto por parte da bancada do PSD e que votando contra esta proposta estão a prejudicar o concelho. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, António César Vicente Nunes, usou da palavra lembrando os Senhores Presidentes de Junta da posição tomada aquando aprovação do saneamento financeiro e apelou à aprovação deste empréstimo para bem do comércio na Vila.-----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação do ponto sete da ordem de trabalhos, o qual não foi aprovado com onze votos contra, da bancada do PSD, nove a favor, da bancada do PS e uma abstenção do Senhor Deputado Manuel Fernando Mesquita Correia. O Senhor Deputado Carlos Manuel Pombo Soares ditou para a ata a seguinte **declaração de voto**:-----

“Perante a argumentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara, não posso deixar de lamentar o profundo espírito retrógrado e mesquinho dos elementos eleitos pelo PSD que, aproveitando covardemente o voto depositado pelos eleitores, pretendem cortar as pernas a este projeto. O seu sentido de voto obedece apenas ao interesse político eleitoralista e, por isso, ilegítimo, no caso, de evitar que este executivo faça obra. Com efeito, não obstante de terem a noção que decidem contra os interesses e em prejuízo dos mesãofrienses, votam contra porque, na falta de melhor argumento, o que interessa é prejudicar o trabalho que o executivo vem fazendo. De facto, tendo o Senhor Presidente da Câmara esclarecido todas as dúvidas, e demonstrado que as razões alegadas pelo PSD, afinal não se verificavam, não se percebe o porquê desta maioria ter insistido no sentido negativo do voto, sem apresentar qualquer justificação válida. Aliás, destinando-se este empréstimo, essencialmente, a custear obras a realizar na sede do concelho, com a requalificação da Vila, não se percebe a razão que terá levado o Senhor Presidente da Junta de Santa Cristina a votar contra, e ele também não esclarece, sendo certo que a sua Freguesia também seria, direta e indiretamente, beneficiada.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto oito da ordem de trabalhos e posto a votação foi aprovado por unanimidade. -----

Passando ao ponto nove da ordem de trabalhos, a bancada do PSD propôs o Senhor Deputado José da Fonseca Alves para representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho. O Senhor Presidente da Assembleia levou este ponto a votação ficando aprovado com treze votos a favor e oito abstenções. Neste sentido, o Senhor Deputado José da Fonseca Alves foi eleito representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Mesão Frio.-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao último ponto da ordem de trabalhos e deu

a palavra ao público. Um cidadão, o qual não se identificou, usou da palavra agradecendo o facto da Assembleia se ter reunido, pela primeira vez, nesta Freguesia. Este dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, afirmando que é obrigatório o uso de cadeiras de criança para o transporte das mesmas nas viaturas particulares mas os autocarros não têm essas cadeiras. Assim sendo, sugeriu que os pais disponibilizassem estas para o transporte das crianças para o infantário. O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra a outro cidadão, que não se identificando, referiu a desativação da escola e sugeriu que esta funcionasse como minimercado e também como espaço lúdico/cultural. Este cidadão manifestou ainda o seu descontentamento em relação ao corte da luz a partir das duas horas da manhã. O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual se dirigiu ao público respondendo que, com essa medida, está a poupar vinte e quatro mil euros no corrente ano. -----  
O Senhor Presidente da Junta de Oliveira, mais uma vez, fez questão de referir que se absteve na votação do ponto sete da ordem de trabalhos. -----  
Posto isto, uma vez que não houve mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia encerrou a sessão da qual se lavrou a presente ata. -----

**O Presidente**

**O Primeiro Secretário**

**O Segundo Secretário**